



# Anais da Assembléia

Nº 61

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 09 DE JUNHO DE 1980

ANO VI

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 59ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 1980 (SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fideicino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 76/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "CENTRO CULTURAL E SOCIAL SÃO FRANCISCO XAVIER", com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de junho de 1980.

(a) ANTÔNIO FACCI

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo da filantropia e da cultura junto à comunidade de Maringá, o que já lhe granjeou o reconhecimento público municipal, através da Lei nº 343/65, cuja fotocópia segue anexo, juntamente com a documentação prevista na Lei Estadual 6994, reguladora do instituto de utilidade pública no âmbito estadual.

Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei, a fim de que haja o reconhecimento público estadual, o que esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após percorrermos a região norte do nosso Estado, o Norte Pioneiro, e auscultarmos a opinião dos trabalhadores humildes, dos homens do campo, voltamos entristecidos e estarrecidos com a política faraônica do Ministro Delfim Neto.

Vemos o Ministro da Agricultura mandar misturar soja ao feijão preto. Uma medida de pessoa que não entende de feijão, medida de homens completamente alheios ao problema da agricultura brasileira.

Então, nós, como homens da roça, que sabemos o que passa o homem do campo, o esforço daqueles que mourejam na terra, derramando o suor de seu rosto, no trabalho do dia a dia, na terra, não podemos nos calar.

É uma aberração Delfim Neto mandar plantar feijão numa época inoportuna, para que os oportunistas do Governo Federal ganhem dinheiro do PROAGRO, sabendo que uma plantação, nesta época, é uma plantação suicida. Pedimos, não a cabeça do Ministro do Planejamento, mas a cabeça dos brasileiros para que as coloquem em defesa da Pátria e da Bandeira.

Revoltamo-nos ao ver os trabalhadores, os humildes homens que, de fato, plantam feijão, estarrecidos, porque eles não têm o amparo do PROAGRO, eles não têm acesso às manobras do grande homem, do ditador Delfim Neto, que tem condições de cassar Deputados. Deputados que se curvam. Mas, nós não nos curvamos, porque vemos o Paraná e o Brasil, numa situação sem saída, e vem esse homem querer ensinar o lavrador a plantar o feijão, a mandar misturar o feijão preto com a soja. Não sabe que a soja demora mais a cozinhar que o feijão preto. Ele manda colocar bicarbonato!

Devemos colocar bicarbonato na mente desses homens que estão enterrando o Brasil, desses homens que estão calados e vendo o feijão preto ser vendido a Cr\$ 70,00 o quilo, consequentemente, a Cr\$ 4.200,00 a saca. E o lavrador, quando recebe, recebe menos de Cr\$ 1.200,00.

Fazemos parte do Partido do Governo, mas não podemos calar. Haveremos de lutar, mesmo que isto custe a nossa cassação. Mas haveremos de dizer ao povo, de dizer àqueles homens de mãos calejadas, que os nossos Ministros da Agricultura e do Planejamento estão planejando mal.

Como pode, Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa do Paraná, como pode mandar plantar feijão fora de época, justamente para que o PROAGRO cubra as necessidades de plantações faraônicas de canaviais de industriais que não fazem outra coisa a não ser manobras, como se fez com o adubo, no Rio Grande do Sul, como se fizeram com muitas coisas no Paraná.

Este é o motivo da revolta do povo.

Queria Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas dar um alerta: se assim continuar, se Delfim Neto continuar no Planejamento; se o atual Ministro da Agricultura continuar, vamos de mal a pior. É um suicídio geral, não só do PDS, mas de toda a estrutura política, de todos nós, os políticos que, para os tecnocratas, temos a doença infecto-contagiosa de não sermos ouvidos, de não traduzirmos, de nossa tribuna, o sofrimento do povo.

Esse é o alerta que quero dar, o alerta do povo sofredor,

do agricultor que quer ver seu produto vendido e cobrado pelo Proagro, não dos tubarões que fazem a nefasta caveira do Governo. Porque, Delfin Neto é o coveiro do Governo.

Esse homem que foi a Paris, ser embaixador para o Brasil se ver livre dele. Mas, hoje, está infelicitando nossa Nação, junto com o Ministro da Agricultura.

Se isto custar a minha cassação, que me cassem. Porque hei de dizer enquanto tiver condições.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Lázaro Dumont) Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Tércio Albuquerque, no Grande Expediente.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O empresariado, os políticos e setores populares de Foz do Iguaçu estão empenhados numa campanha para conseguir a imediata aprovação do projeto do Ramal Ferroviário que deverá ligar esta cidade paranaense a Puerto Iguazu, na Argentina, e Puerto Presidente Stroessner, no Paraguai.

Já não parece haver mais dúvidas de que a ligação ferroviária de Cascavel a Foz do Iguaçu, na Ferrovia da Soja, é uma consequência inevitável, ainda que de Cascavel se justifique também a ligação para todo Oeste e Sudoeste.

Entretanto, somente haverá a tranquilidade em Foz do Iguaçu quando o Governo Federal brasileiro assegurar a ampla divulgação do traçado da Ferrovia da Soja. E esse traçado agora não poderá ser isolado dos compromissos que o Brasil está assumindo com seus vizinhos, Paraguai e Argentina.

O Brasil perdeu muito tempo para definir a importância da Ferrovia da Soja. Por algumas confusões de nossa técnico-burocracia, a Ferrovia da Soja foi minimizada perante outras iniciativas importantes, porém de significação real muito abaixo dos rendimentos e objetivos que serão alcançados com o complexo ferroviário do Oeste-Sudoeste do Paraná. Foram dois ou três anos de perdas, pois a Ferrovia da Soja já poderia estar em fase de conclusão e rendendo ao País apreciável economia de divisas e custo-transporte.

Entretanto, urge rapidez na construção da Ferrovia da Ferrovia da Soja, não apenas como um investimento entre outros, mas como um investimento de interesse nacional imediato, capaz de produzir retornos igualmente imediatos.

Não é aceitável que se dependa, apenas, de financiamentos estrangeiros para a construção da Ferrovia da Soja. Obras dessa importância nacional, compensadas a curtíssimo prazo, não devem ser barganhadas com créditos internacionais, sob pena de retardamentos fatais em época de crise econômica.

Felizmente agora nossos parceiros em grandes e decisivas obras de integração continental solicitam nossa atenção para aspectos concretos que são fundamentais para cimentar as intenções integracionistas.

Podemos, com isenção de ânimo, considerar que essa integração não deve ser vista como de governos e tipos de governos; ou mesmo, de tipos de economias diferentes. Devemos ter a visão histórica de que essa integração é também a nível de nações. Isto é, que o aspecto fundamental dessa integração é dos povos e nações que conjunturalmente ou estruturalmente até - estão vivendo sob a dependência de potências e monopólios internacionais e que somente se libertarão dessa condição se souberem articular suas reivindicações e lutas internas com as externas.

Não acreditamos que a luta pela complementação econômica de nossos países sirva apenas a um objetivo restrito, de acordo entre governantes. Acredito que a causa é maior, essencial e imediata. E essa causa exige grandeza dos homens

públicos, independente de suas convicções políticas.

Conclamamos a todos os senhores, políticos, empresários, cidadãos deste Estado, a apoiarem não mais apenas a construção da Ferrovia da Soja, mas sua urgência. E que ela se faça completa e articulada na primeira etapa. Que não se pense apenas em Guarapuava a Cascavel, mas também de Cascavel a Foz do Iguaçu, a Toledo, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa, Guaira, bem como Francisco Beltrão e Pato Branco a Guarapuava.

Pelo menos o eixo central Guarapuava-Cascavel é que obrigará a formação de uma malha ferroviária servindo ao Oeste e Sudoeste do Paraná, na grande região produtora de soja e tantos outros produtos essenciais ao consumo e às exportações.

Além das perspectivas de ligações ferroviárias internacionais, devemos apreciar os consideráveis benefícios que mais quatro municípios, localizados no eixo Cascavel-Foz, irão receber. Dessa forma Céu Azul, Matelândia, Medianeira e São Miguel do Iguaçu ficarão integradas a este eficiente sistema de transporte, alimentando positivamente a conjuntura econômica que em torno da Ferrovia da Soja irá se formar.

Não acreditamos que a luta pela Ferrovia da Soja seja apenas interesse de alguns municípios e de alguns setores. É uma obra urgente, do interesse de todo o Paraná e do País. Podemos e devemos nos unir nesta grande reivindicação.

Complementando esse esforço que se articula em todo o Estado, a Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu se empenha em conseguir urgência para a construção da Ferrovia da Soja e a ligação entre Cascavel e Foz do Iguaçu.

E vai além: se integra aos esforços político-diplomáticos do nosso Governo, alertando e convocando empresariado e povo das regiões limítrofes vizinhas para um esforço concentrado.

Tem dirigido às autoridades de Puerto Iguazu, na Argentina; e Puerto Stroessner, no Paraguai; e à suas câmaras comerciais e industriais alertamentos e convocações para uma grande luta, pela construção das ligações ferroviárias, além da ponte entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu.

Consideramos que essa luta faz parte daquela que estamos travando pela implantação da Ferrovia da Soja, que adquire também características continentais, na região meridional da América. E conclamo a que todos os homens conscientes façam um esforço renovado para pedir e exigir em nome dos interesses maiores da nação a urgência para a referida obra.

Sou levado a acreditar que, tamanha importância tem esta obra que, em breve tempo após sua construção, poderemos dividir a produção paranaense em antes e depois da Ferrovia da Soja. E talvez até nossas relações com a Argentina e o Paraguai também sejam medidas em antes e depois dela.

Passo a ler ofícios dirigidos pela Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu a este Poder, por meu intermédio, ao Presidente da República, ao Ministro dos Transportes, ao Presidente da Câmara de Comércio de Puerto Iguazu e ao Presidente da Câmara de Comércio da Cidade de Puerto Presidente Stroessner, para justificar requerimento que faço a nossas autoridades maiores, encarecendo a ligação ferroviária entre Cascavel e Foz do Iguaçu, na Ferrovia da Soja, bem como a ligação internacional com a Argentina e o Paraguai dessa Ferrovia.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Túlio Zanchet — Estou ouvindo atentamente o pronunciamento que Vossa Excelência realiza nesta tarde, e, acompanhei pronunciamentos, também dizendo o mesmo sentido de outros Parlamentares desta Casa e, somando com pronunciamentos de Deputados também da esfera Federal, que reconhecendo como Vossa Excelência muito bem expõe, a importância da construção o mais rápido possível desta

ferrovia e incluindo os ramais ferroviários para interligar toda a Região do Sudoeste e reitegrando-a à Região do Oeste de Santa Catarina com o Noroeste do Rio Grande do Sul.

Queremos dizer à Vossa Excelência que estaremos juntos somando e fazendo com que, lideranças da Região que representamos, se somem ao trabalho que vem realizando Vossa Excelência e outros Deputados, para que esta ferrovia do Oeste e Sudoeste e interligando também a Região do Estado do Mato Grosso do Sul, ela seja iniciada o mais rápido possível tendo em vista, inclusive, a contingência da premente economia, da economia que se faz tão necessária de combustíveis e o transporte pesado, já não se concebe mais que ele seja feito através de caminhões, que este transporte pesado seja feito através das ferrovias e somente através de um transporte desta natureza, é que nós podemos sair do caos em que nos encontramos.

Por isso, Vossa Excelência queira aceitar, a nossa solidariedade, ao brilhante pronunciamento que faz nesta tarde, aqui na Assembléia Legislativa.

Obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço o aparte do nobre companheiro, Deputado Túlio Zanchet, que vem não apenas abrilhantar o nosso modesto pronunciamento mas, sim, dar o apoio afetivo da Região Sudoeste paranaense quando nós já indicávamos no nosso pronunciamento, a necessidade premente da ligação também desta ferrovia a Pato Branco e a Francisco Beltrão, tão bem representados nesta Casa por Vossa Excelência e outros nobres Srs. Deputados, tanto de nossa Bancada como das demais Bancadas com assento nesta Assembléia.

O Sr. Egon Puddel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero me solidarizar com esse seu pronunciamento, porque, a bem da verdade, a Ferrovia da Soja não deve alcançar tão somente Cascavel. Concorro plenamente que ela deva ir até Foz do Iguaçu, e além, até Porto Stroessner e até ao vizinho País que é a Argentina.

E, a bem da verdade, toda essa próspera e rica região, é uma das mais progressistas, é uma das regiões que mais divisas tem trazido ao nosso Estado e ao País.

E, como diz Vossa Excelência, essa rodovia tem urgência. Já se perdeu muito tempo. Portanto, conte com nosso apoio.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço ao nobre Deputado Egon Puddel, companheiro meu de representação no Oeste paranaense, que sempre nesta Casa tem ajudado a nossa região, com seu afetivo apoio às localidades que nós representamos no Oeste Paranaense. Meu agradecimento ao nobre Deputado no seu aparte, que veio mais uma vez colorir o nosso pronunciamento nesta tarde.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Tércio, a sua região é uma região totalmente alheia, mas, como tudo é Paraná, queria apenas fazer uma observação a Vossa Excelência, porque admiro a garra de Vossa Excelência, admiro a garra dos companheiros que estão lutando. Mas, convocar o empresariado nesta época, onde o empresariado está marginalizado, onde, numa inflação galopante de 100% no País, o empresariado está desacreditando do Governo.

Então, seria apenas um alerta, porque não é revolta, nada. Apenas nós olhamos com consciência. Como pode o empresariado lutar marginalizado, quando os títeres das multinacionais estão a manipular o empresariado, estão a nos dirigir como se fôssemos marionetes. Então, acho que Vossa Excelência está numa luta, que Deus ajude tenha êxito. Porque, enquanto estivermos numa inflação galopante, enquan-

to o empresariado descre do Governo Central, enquanto vemos uma inflação de 94% confessada pelo super-Ministro Delfin Neto, o empresariado nada pode fazer, ilustre Deputado Tércio Albuquerque.

Nada poderemos fazer.

Estamos vendo o País à beira da falência, porque João Goulart foi cassado, foi banido por uma revolução, numa inflação de 60%. Hoje, eu deixo uma pergunta no ar: temos 100% de inflação e o Sr. Delfin Neto descaradamente vem querer tapear os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço as colocações do Deputado Gabriel Manoel, e discordo de Vossa Excelência quando diz não mais convocar o empresariado, porque este está passando triste fase na economia brasileira, e, especialmente no que se refere à inflação de nosso País.

Nós queremos ainda, colocar que o empresariado brasileiro, bem como toda a nossa população está altamente preocupada com o problema inflacionário, mas, ainda acreditamos que haveremos de, no próximo ano, assistir a atos excepcionais que venham controlar e minimizar o problema inflacionário de nosso País que não é gerado apenas por consequências brasileiras, mas também por problemas internacionais que vêm ao nosso domicílio, colaborando para que, cada dia, aumente o problema em nosso território.

Acreditamos ainda, que atos poderão surgir, de imediato, porque todos nós, políticos do Partido de sustentação do Governo, como das oposições brasileiras, estamos todos imbuídos num pensamento único de ajudar e não tumultuar. Ajudando em soluções possíveis para nosso País, dando sugestões que poderão, no futuro, ser atendidas, em benefício de todo o povo e, em especial da Nação brasileira.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, realmente, Vossa Excelência traz a esta Casa um assunto interessante em termos de Paraná. Todavia, gostaria de colocar, antes de me referir especificamente ao assunto que Vossa Excelência aborda, e dizer que, realmente, em 1.964, a inflação chegou à casa dos 94,2%. E nos últimos 12 meses, o Governo está a confessar de que a inflação chegou à casa dos 96,7%.

Agora, gostaria de considerar também que, em 1.964, a chamada Revolução se deu no mês de março e que a consequência da inflação que prejudicou muito este País, foi em função desse movimento, sem dúvida alguma.

No que diz respeito ao pronunciamento de Vossa Excelência que fala sobre a Ferrovia da Soja, gostaria que Vossa Excelência levasse, como sugestão de nossa parte, uma vez que se pretende construir agora uma ponte ligando Foz do Iguaçu a Puerto Iguazu, na Argentina, que se sugerisse àqueles que estão estudando e dando opiniões sobre isso, que se levasse, talvez ao Ministério dos Transportes, ao Secretário dos Transportes, ao Presidente da República, para que esta ponte que irá se construir, possa ser uma ponte rodo-ferroviária, em função dessa Estrada da Soja que ligará Foz do Iguaçu a Cascavel, e assim por diante.

Esta a razão da sugestão deste humilde Deputado a Vossa Excelência.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Deputado Adalberto

Daros, a colocação que Vossa Excelência faz é de uma importância extraordinária e espetacular. Porque, se assistimos as assinaturas entre os governos brasileiro e argentino, do acordo que foi elogiado pelos jornalistas de nosso País e também pela imprensa argentina, de que, há mais de 45 anos, não havia esse entrosamento político-social e econômico entre esses dois países, queremos enfatizar e até mesmo agradecer Vossa Excelência pela lembrança, porque estamos a comunidade iguaçuense e a comunidade de Puerto Iguazu identificados

para pleitearem junto aos governos brasileiro e argentino, a sugestão que Vossa Excelência acaba de dar. Se nós vamos gastar um montante financeiro na construção da Ponte ligando as duas Nações e se no futuro é necessário se construir uma ferrovia, porque nós não já aproveitamos este projeto rodoviário e o transformamos em rodo-ferroviário como bem disse Vossa Excelência, para o aproveitamento da estrutura desta ponte rodoviária que será construída e que cada dia que passamos, se demonstre a necessidade da construção de mais ferrovias, para o barateamento do nosso transporte e que nós, no País em que vivemos, estamos cada vez mais carentes do entrosamento com países vizinhos para exportarmos o que produzimos para os povos amigos e vizinhos, é necessário que seja premente a construção de ferrovias e acima de tudo, que se aproveite a estrutura, transformando em rodo-ferroviária.

Agradeço a Vossa Excelência e inclusive o parabênz pela viagem importante que Vossa Excelência fez a minha região, tentando a construção de Diretórios do seu Partido e lá já ouviu reivindicações nesse sentido, porque temos certeza absoluta de que Vossa Excelência não foi apenas construir partido político e sim ouvir também, reivindicações do Oeste paranaense.

Agradeço o seu aparte e concedo ao nobre Deputado João Mansur.

**O Sr. João Mansur** — Quero cumprimentar Vossa Excelência, Deputado Tércio Albuquerque, mais uma vez, aliás, já não é mais novidade a esta Casa todas as vezes que Vossa Excelência assume a tribuna, para tratar de assunto de magna importância a sua região e ao Estado do Paraná e me permite, nobre Deputado, apenas divergir um pouco da oração que Vossa Excelência traz ao conhecimento desta Casa, com tanto brilhantismo; e eu queria apenas fazer uma colocação com relação à inflação que experimenta o Brasil hoje, e que vem corroendo os orçamentos diários dos assalariados e que vem preocupando povo e Governo e todos nós estamos empenhados nesta luta, Deputado. Só o que não concordamos é com a conotação que querem dar entre a inflação de 64 e a inflação de 80, porque em 64, o Brasil também experimentava uma inflação que ia aos 80%, mas sem desenvolvimento. Inflação com baderna, com luta nas Universidades, nas escolas, na Igreja e no campo. Hoje enfrentamos essa inflação, inflação que nenhum de nós concorda, mas com desenvolvimento, com paz e com tranquilidade.

Nem por isso somos favoráveis, nobre Deputado, mas não concordamos é com a colocação que se quer estabelecer da inflação de 64 com a inflação de 80/81.

Mas quero cumprimentar Vossa Excelência, por este pronunciamento tão importante que Vossa Excelência traz esta tarde a esta Casa, e dizer, Deputado Tércio Albuquerque, que esta luta já não é mais só sua, esta luta é desta Casa e de todos. Vossa Excelência pode contar com o apoio de todos os Deputados da Assembléia Legislativa, que irão fazer coro, junto às autoridades responsáveis, no sentido de que a Ferrovia da Soja seja uma realidade em favor não só do Oeste e Sudoeste do Paraná, mas do Paraná e do Brasil.

Era este o aparte que eu queria dar a Vossa Excelência nesta tarde.

**O SR. TERCIO ALBUQUERQUE** — Agradeço ao Deputado João Mansur e faço questão de cada vez que recebo aparte de Vossa Excelência, agradecer os conselhos que Vossa Excelência sempre me deu e o apoio, quando, Deputado no passado, e eu dirigia os destinos do Município de Foz do Iguaçu, quando Vossa Excelência me representava e depois assumia o Governo do Estado, e o meu município passava por uma crise muito grande em sua economia, especialmente quando o rio que nós temos, que corta a Cidade de Foz do Iguaçu de ponta a ponta, o Arroio Monjolo, dava uma enchente e nós pedíamos em regime de urgência a ajuda do Governo

do Estado e Vossa Excelência prontamente nos atendeu enviando técnicos do DER e recursos financeiros e nós colocávamos novamente Foz do Iguaçu na sua posição desejada em que por motivos de chuvas, por motivos que não vêm por culpa do homem e sim da natureza, Foz do Iguaçu voltava ao seu regime de tranquilidade.

Agradeço mais uma vez a Vossa Excelência, Deputado João Mansur.

Leio agora, Sr. Presidente, ofício dirigido junto à Associação Comercial e Indústria de Foz do Iguaçu a este Poder, por meu intermédio, ao Presidente da República e outras autoridades.

(Lê):

“Senhor Presidente.

Com o presente, aproveitando a viagem do nosso companheiro, SÉRGIO LOBATO DA MOTA MACHADO, digno presidente da Comissão Mista Brasil-Argentina Pró-construção da Ponte Internacional sobre o Rio Iguaçu, o qual está fazendo parte da comitiva presidencial no encontro com o Governo argentino, vimos à presença de Vossa Excelência para expor e ao final solicitar o que se segue:

Em sua recente viagem ao Paraguai foi firmado o convênio da Ferrovia da Soja, que ligará Assunção ao porto de Paranaguá, via Cascavel e Guaíra, interligando a região de Mato Grosso ao corredor de exportação.

Nos programas iniciais, esta Ferrovia previa, pelos estudos e levantamentos realizados, a ligação de Cascavel a Foz do Iguaçu. Assim sendo, considerando a enorme produção agrícola da região Cascavel-Foz do Iguaçu, o grande potencial turístico de Foz do Iguaçu, com suas cataratas e a hidrelétrica de Itaipu, a possibilidade de extensão ao Paraguai por Puerto Presidente Stroessner e também a possibilidade de extensão à Argentina por Puerto Iguazu, solicitamos a Vossa Excelência se digne determinar ao Ministério dos Transportes a inclusão imediata no PROJETO FERROVIA DO SOJA do ramal CASCAVEL-FOZ DO IGUAÇU.

Anexamos ao presente, para conhecimento de Vossa Excelência, cópias dos expedientes e trabalhos elaborados a respeito deste assunto com o Paraguai e a Argentina.

Contamos com o seu decidido apoio para esta justa reivindicação, e aproveitamos o ensejo para vos saudar com a mais elevada estima e distinta consideração.”

**O SR. PRESIDENTE** — (Lázaro Dumont) O tempo de Vossa Excelência está esgotado e por deferência do Líder do PDS, Vossa Excelência está falando no horário destinado à Liderança daquele Partido.

**O SR. TERCIO ALBUQUERQUE** — Agradeço a compreensão do nosso Líder nesta Casa, Deputado Erondy Silvério, que muito bem tem dirigido os destinos do nosso Partido, nesta Assembléia Legislativa.

**O Sr. Erondy Silvério** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência não precisa agradecer, porque justiça não se agradece e nós estamos apenas, em concedendo o horário da Liderança do PDS, a Vossa Excelência, fazendo justiça a um pronunciamento dos mais justos que Vossa Excelência faz à Casa. Porque efetivamente o assunto que Vossa Excelência traz ao conhecimento, não só da Assembléia Legislativa mas de todo o povo do Paraná, é um assunto que diz respeito ao interesse imediato do Estado do Paraná. Vossa Excelência está cumprindo com o seu dever de Deputado representante do povo, ao abordar tema tão palpitante como este que Vossa Excelência está abordando da tribuna. É evidente que o horário que Vossa Excelência dispõe dentro do Grande Expediente, não é suficiente, como insuficiente será o tempo da Liderança, acrescido do Grande Expediente,

para abordagem de assunto tão importante para a vida do Estado, como é este assunto que Vossa Excelência está abordando.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Erondy Silvério. Continuando, Sr. Presidente.

Também a Associação Comercial enviou expediente. Eliseu Resende e que nós passaremos a ler e que vem de acordo com o pensamento deste Deputado e dos demais senhores componentes deste Poder Legislativo.

(Lê):

“Senhor Ministro.

Tomamos a liberdade de vir à presença de Vossa Excelência para cientificá-lo de que esta Associação criou o seu DEPARTAMENTO DA FERROVIA DO SOJA com a finalidade de levar experiência, conhecimento e até subsídios, de parte do empresariado regional, ao Ministério, com vistas ao melhor aproveitamento possível dessa extraordinária ferrovia.

Assinado o convênio com o Paraguai, a ferrovia, partindo de Guarapuava, atingirá Cascavel, e daí seguirá para Guaíra, interligando o Sul de Mato Grosso e o Paraguai ao sistema paranaense. É um fato que o traçado possibilitará um extraordinário desenvolvimento para toda a região de sua influência, tanto no sentido econômico quanto no social, pois grande parte da mão-de-obra que ficará ociosa após ITAIPU será absorvida pela zona de influência da ferrovia.

Entretanto, parece claro a este Departamento que, se um ramal dessa mesma ferrovia partir de Cascavel ligando-a a Foz do Iguaçu, se caracterizarão mais duas opções de potencial sócio-econômico indistigável, além daquela que, regionalmente, impulsionará os municípios adjacentes, grandes produtores de cereais, e onde há também grandes criadores, frigoríficos etc.: referimo-nos à possibilidade de que, em prazo nada remoto, o Paraguai se ligue a esse ramal, via Cidade Presidente Stroessner, e daí para Vila Rica, interligando-se também ao sistema paraguaio, que por sua vez está ligado ao argentino, e, ainda, que a Argentina venha também a construir um ramal que, partindo de Posadas, atinja a cidade fronteiriça de Puerto Iguazu, de onde poderá se ligar ao ramal iguaçuense, via ponte internacional sobre o Rio Iguaçu, cuja construção está sendo viabilizada nestes momentos entre os Governos da Argentina e do Brasil.

Isto posto, solicitamos o inestimável empenho de Vossa Excelência no sentido de que inclua nos seus projetos ferroviários para o presente ano, em caráter de urgência e para o mais curto prazo possível, a construção do ramal Cascavel-Foz do Iguaçu.

Na certeza de que Vossa Excelência acolherá com a sua melhor atenção este postulado de toda a população das três fronteiras, colhemos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da nossa consideração e respeito.

ATENCIOSAMENTE

WADIS V. BENVENUTTI, Presidente; FÉLIX A. BORDIN, Diretor e ANTONIO BORDIN, Vice-diretor.

O trecho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, referidos no presente ofício, é um trecho que consideramos de máxima importância, para esta ligação ferroviária que tanto tem sido reivindicada, nesta Casa, como também no Congresso Nacional, por Deputados que vêm à Assembléia Legislativa ou à Câmara Federal, na tentativa de que mesmo na força pequena que este Poder tem, tem demonstrado interesse, da reivindicação ao seu povo representado. E nós queremos cada vez mais frisar de que esta Ferrovia da Soja e excepcionalmente os seus ramais, que nós pedimos encarecemos, que ligue todo o sudoeste, e o oeste paranaense, seja rapidamente estudado.

Passamos a ler, Sr. Presidente, outro expediente, enviado ao Sr. Dr. Oscar Cianci, Presidente da Câmara de Comércio de Puerto Iguazu.

(Lê):

“Senhor Presidente.

Temos o prazer de comunicar a Vossa Senhoria que vimos de preparar extensa documentação visando sensibilizar as autoridades locais e as de Cidade Presidente Stroessner, no Paraguai, para uma das mais justas reivindicações comunitárias, quer no sentido econômico, quer no sócio-cultural, mesmo no turístico, embora o maior objetivo seja a integração sócio-econômica de toda esta imensa região da tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

O plano prevê a implantação de um ramal ferroviário que, partindo da Ferrovia do Soja, em Cascavel, atinja Foz do Iguaçu, de onde se bifurcaria para Presidente Stroessner-Vila Rica-Assunção-Encarnación, e para essa cidade de Puerto Iguazu, e daí para Posadas, interligando toda a região, com a consequente abrangência de toda a imensa malha ferroviária argentina; além da brasileira e paraguaia.

O departamento competente desta Associação está elaborando um trabalho de grande alcance junto às autoridades nacionais, e podemos assegurar a Vossa Senhoria que a receptividade é boa e as perspectivas de que o ramal Cascavel-Foz seja implantado, são excelentes. Por sua vez, as autoridades paraguais acolheram com a melhor atenção o plano, e também podemos assegurar que já estão sendo desenvolvidos sérios estudos para a sua implantação.

Necessitaríamos, de forma indispensável, o apoio e prestígio das autoridades argentinas. Dirigimo-nos em primeira mão à Vossa Senhoria, cuja vivência em assuntos comerciais e econômicos poderá trazer os primeiros e mais completos subsídios para este planejamento.

Dirigir-nos-emos também a todas as autoridades argentinas que possam de uma forma ou de outra, participar ou ter qualquer interesse nesta proposição, mas a vanguarda do trabalho deverá, necessariamente, ser assumida por Vossa Senhoria, na qualidade de Presidente da Câmara de Comércio, e ainda na de membro da Comissão Mista Brasil-Argentina pró-Construção da Ponte Internacional sobre o Rio Iguaçu, já aprovada. Vossa Senhoria convocará os demais elementos que julgar necessário para acompanhá-lo no apoio e prestígio que estamos solicitando. Por outro lado, tomamos a liberdade de requerer a sua cooperação no sentido de apoiar, se possível, irrestritamente, os traçados ferroviários que deverão ser implantados entre Cascavel e Foz, e entre Cidade Presidente Stroessner e Vila Rica. Estes dois segmentos são fundamentais para o nosso plano global, posto que serão mais um fator de interesse para sensibilizar as autoridades argentinas; não podemos nem devemos dispensar nenhum apoio, nenhuma opinião, por mais insignificante que possa parecer, e devemos aglutinar para este movimento o maior número de pessoas possível, razão pela qual contamos antecipadamente com o interesse de Vossa Senhoria.

Por outro lado, aprovação já consumada, a ponte internacional deverá ser brevemente iniciada; isto canalizará um fluxo turístico dos mais importantes da América do Sul, mas propiciará também um crescimento monumental do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina, com os consequentes problemas naturais e inerentes a um desenvolvimento muito rápido. Estamos postulando, isto posto, a instalação de um escritório consular brasileiro em Puerto Iguazu, para um atendimento mais eficaz na solução daqueles problemas, visto que se impõe uma agilização e não um retrocesso, que fatalmente surgiria se todos os problemas tivessem que ser solucionados pelo nosso consulado, em Posadas. No entanto, a fim de evitar conflitos de hierarquia, concomitantemente a esta solicitação, estaremos dirigindo correspondência ao Ministério das Relações Exteriores, confirmando esta reivindicação.

Para seu controle — com respeito ao sistema ferroviário — em anexo estamos enviando um esboço do projeto, bem como

cópias das cartas enviadas nesse sentido ao Sr. SÉRGIO LOBATO DA MOTA MACHADO, Presidente da Comissão Mista Brasil-Argentina, e ao Sr. ARMANDO JEBAL, Presidente da Câmara de Comércio de Presidente Stroessner, além de recortes de jornais, etc.

Na ceteza da melhor atenção de Vossa Senhoria para estes assuntos, firmamo-nos

ATENCIOSAMENTE

"Senhor Presidente.

Servimo-nos do presente para expor a Vossa Senhoria, e finalmente, solicitar o que se segue:

A Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, criou o Departamento da Ferrovia do Soja com a intenção de conseguir junto ao Governo Federal do Brasil o ramal ferroviário de Cascavel-Foz do Iguaçu, pois o traçado inicial, que o abrangia, foi mudado para Guaíra, visando o Estado do Mato Grosso do Sul, no nosso País, a República do Paraguai, por Salto del Guairá.

Este Departamento entende que as vantagens que se podem auferir da ligação Foz do Iguaçu-Cidade Presidente Stroessner, e desta para Villa Rica, de onde partem trechos da malha ferroviária paraguaia interligando Assunción e Encarnación, são extremamente promissoras, haja vista das potencialidades que se abririam para que o País amigo pudesse exportar a grande produção do Alto Paraná e de outras regiões mais ao Sul pelo porto de Paranaguá, em nosso País. Por outro lado, haveria ainda a opção de canalizar parte dessa produção via Encarnación-Posadas, e daí pela extensa malha argentina. Mais importante do que tudo, no entanto, é notar que este projeto não atrapalharia em absolutamente nada a já aprovada conexão Guaíra-Saltos del Guairá-Assunción.

É válido, outrossim, esclarecer que estamos tentando sensibilizar as autoridades argentinas para este projeto, dado o grande interesse demonstrado pelas autoridades de Puerto Iguazu, Misiones, que também apoiarão as reivindicações para uma possível conexão Posadas-Puerto Iguazu. Até lá, preliminarmente, poderia este Departamento promover uma reunião binacional com Vossa Senhoria e autoridades interessadas de Cidade Presidente Stroessner com o fim de debatermos e analisarmos este postulado.

Para controle de Vossa Senhoria, apraz-nos cientificá-lo da composição nominal do nosso Departamento: Diretor, Senhor FELIX A. BORDIN; Vice, Senhor ANTONIO BORDIN; Membros, Srs. EVANDRO S. TEIXEIRA, AGUINELLO FÁVEROHAUS e LUCIANO J. BORDIN.

Na expectativa de sua melhor atenção para este assunto, subscrevemo-nos com consideração e apreço.

ATENCIOSAMENTE."

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, envio de expediente ao Presidente da República, General João Figueiredo, ao Ministro dos Transportes, Elizeu Resende e ao Governador Ney Braga, solicitando a construção de um ramal ferroviário da Ferrovia da Soja, ligando Cascavel a Foz do Iguaçu e esse Município com a Argentina e o Paraguai. Considerando a relevante importância de tal obra, solicita urgência nos estudos a respeito.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1.980

a) Tércio Albuquerque."

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados, como dizíamos, precisamos desta Ferrovia para que ligue todo o sudoeste e o oeste paranaense, encarecemos que seja rapidamente estudado porque temos em nossas mãos além de expedientes excepcionais; dirigidos às autoridades maiores do nosso País e autoridades argentinas, um mapa

já previamente elaborado e traçado, em que demonstra a força que traria esse ramal ferroviário, ainda mais a ponte rodoviária, aproveitando a sua estrutura dos benefícios que poderá ser aproveitado, com o grande intercâmbio político e econômico, com a Nação vizinha, a Argentina.

E, que graças a Deus, voltamos a nos unir, a dar as mãos aos povos vizinhos beneficiando assim, não apenas uma economia imediata, no que se refere ao barateamento do transporte, dos produtos produzidos em nossa região mas também, para a exportação a toda a América Latina, e neste momento especialmente, aos dois países em que economicamente vivemos num intercâmbio de amizades, dentro de uma política de estender as mãos que o Presidente João Figueiredo e o Presidente Videla acharam por bem ultimar este nosso interlaçamento.

Queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que esta luta, não é apenas travada a partir deste momento. Dizer se os outros companheiros de parlamento aqui na Assembléia, já reivindicaram e já demonstraram a necessidade da urgência no traçado dessa ferrovia do soja e, nós hoje, assumimos a tribuna, não por falta anteriores de reivindicações tanto da situação como das oposições mas, por sentir que antes deste projeto ser finalizado, para que no futuro não venha dar mais despesas aos cofres públicos, aproveite-se os técnicos que já estão elaborando o traçado já anunciado para os Governos, especialmente pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado do Paraná que, se aproveite esta estrutura técnica para nos traçar também, o ramal ligando Foz do Iguaçu possivelmente os Países vizinhos e mais os municípios que nós frisamos, da base Região Sudoeste e os demais do Oeste Paranaense.

Desta feita, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós agradecemos o apoio efetivo e, antes de passarmos o nosso aparte ao nobre Deputado, companheiro também do Oeste Paranaense Nelson Friedrich, queremos deixar bem claro, que para vencer, necessita da união e é o que queremos, todos os partidos unidos, em benefício da construção de um Paraná melhor.

O Sr. Nelson Friedrich — Agradeço o apelo de Vossa Excelência e queria cumprimentá-lo pelo pronunciamento e, antes de entrar no mérito do aspecto, também levantaria rapidamente um ângulo que se colocou aqui quanto ao problema da inflação antes de 64 e agora.

É claro que hoje vivemos dias de paz no Brasil, de tranquilidade. É a paz do cemitério e a tranquilidade do pântano. Tal o índice de mortalidade infantil, tal o índice de desemprego, o índice sub-empregados, enfim, da qualidade de vida do brasileiro, qualidade esta que está muito aquém do mínimo necessário em que se agravou por demais, conforme todas as estatísticas internacionais estão provando. Mas, como não era este o aspecto que eu queria levantar, ilustre Deputado, era exatamente para dizer que oportuna a colocação feita quanto aos traçados da Ferrovia da Soja mas, são tanto céptico, tomara que esta Assembléia através do seu pronunciamento tenha algum eco. Mas, bem sabemos que a tecnoburocracia que se instalou também neste País, junto com este regime, que infelicitou esta Nação, o tecnocrata não admite, não aceita, nem o diálogo com o político, nem com o Deputado Estadual, Federal ou Senador e, quando o faz, faz com desprezo, com ironia, e até com cepticismo.

E bem sabemos também, que a Ferrovia da Soja teve o seu traçado praticamente definido, não no Brasil nem em Curitiba, nem com a presença da Assembléia, nem do Governador do Estado.

O traçado, na verdade, foi definido em Assunción, no Paraguai, porque essa Ferrovia não está saindo por causa da soja do Oeste, infelizmente, nobre Deputado, esta é a minha conclusão. Não está saindo em função da expressiva riqueza da nossa região. Está saindo, principalmente - e aí nós vamos aproveitar, felizmente essa obra, em função do comprome-

timento final da economia paraguaia à economia brasileira, inclusive com a colocação da ferrovia em paralelo à rodovia como saída para o mar, na vizinha nação guarani.

E há até prova disso, que a última reunião em que decidiu-se o traçado definitivo foi feita em Assunção e o Governo do Estado do Paraná nem convidado foi para tal reunião.

Na verdade, então, Deputado, este País que passou durante todos estes anos, e principalmente depois de 64 mais ainda, a investir exclusivamente nas rodovias, e este é um dos únicos países do mundo que tem 83% de toda a rede de transportes na base de rodovias, quando o mundo inteiro condena, quando qualquer Nação desenvolvida ou semi-desenvolvida do mundo tem como ponto de partida a ferrovia e a hidrovia, este País, devido aos seus compromissos, devido ao domínio multinacionalista, do capitalismo internacional que controla o Poder e as nossas iniciativas, é que nós optamos sempre pela rodovia.

Mas, assim mesmo, se eu o cumprimento pela idéia, pela posição, é porque ela também fala a voz da comunidade de Foz do Iguaçu, e daquela microregião. E, por esta razão, tomara que possamos, aos poucos, romper o cerco que a tecnoburocracia fez em torno do assunto político, sepultando a sensibilidade que o político deve ter, para, ouvindo o povo, modificar os planos e projetos até de um governo, quando estes planos e projetos possam até estar definidos.

Cumprimentos pela iniciativa, em que pese o meu ceticismo.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Deputado Nelson Friedrich, nós atentamente ouvíamos o aparte de Vossa Excelência, e queríamos dizer que, na realidade, nós políticos, encontramos dificuldades tamanhas, no trato com os tecnoburocratas do nosso País e nós haveremos de vender esta barreira. Porque tem sido repetido diuturnamente pelo Governo Federal, de que trará este País à volta do seu direito democrático.

E se nós estamos ouvindo isso, e mais adiante assistimos através de noticiários, de que o Presidente da Câmara Federal apresenta uma Emenda, ao Congresso, dando o retorno de todas as prerrogativas do Poder Legislativo, em nosso País que, de há muito vem sofrendo e atravessando percalços enormes. Se aprovada essa Emenda, com a palavra e o apoio do Governo de João Figueiredo, haverá o Poder Legislativo de, com sua voz, ecoar mais forte em todos os recantos de nossa Nação.

Porque acreditamos que ainda a maior força é o direito que o povo dá a seus representantes, de falar em nome dele. E esse direito que nos é dado pelo povo, queremos, urgentemente, o respeito ao nosso Poder. E acreditamos que vamos ultrapassar essa problemática. E todos nós, dando-nos as mãos, haveremos de vencer e venceremos pelo bem de nosso povo que, condignamente, haveremos — todos nós — representá-lo nesta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Lázaro Dumont) — A Presidência anuncia, com satisfação, a presença do Sr. Deputado Federal Maurício Fruet.

Consulto a Liderança do PTB se deseja fazer uso da palavra, no horário que regimentalmente lhe é concedido.

O SR. ADALBERTO DAROS — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Lázaro Dumont) — Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. DARCY DEITOS — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Lázaro Dumont) — Consulto a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente. Necessita de apoio.

mento. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14/80, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as contas do Governador do Estado, referente ao exercício financeiro de 1978. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15/80, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova contas do Governador do Estado referente ao exercício financeiro de 1977. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 36/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 25/80), que aprova os Termos de Renovação dos Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, com os Municípios que especifica através da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 36/80), que aprova o Termo de Renovação do Convênio n.º 53/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e o Município de Curitiba, objetivando a execução de obras necessárias ao desenvolvimento da infra-estrutura urbana da Capital do Estado, constantes do "Programa Especial de Investimentos Urbanos na Região Metropolitana de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 67/79, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de utilidade pública a "Associação de Recuperação de Alcoólatras de Apucarana", com sede e foro na cidade de Apucarana. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 67/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS DE APUCARANA", com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1979.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública vêm prestando realmente a sua finalidade na recuperação, pela psicoterapia de grupo, de pessoas de ambos os sexos, dadas ao vício do alcoolismo, uma das preocupações do Governo, sem qualquer interesse, não distinguindo cor, religião ou facção política.

Razão pela qual, esperamos dos ilustres Pares a devida aprovação da proposição apresentada por nós.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 67/80

1 — De autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpellini, o presente Projeto de Lei n.º 67/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS DE APUCARANA".



PERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS DE APUCARANA" com sede e foro na cidade de Apucarana.

2 — Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

3 — Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
JOSÉ TAVARES — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 115/79, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhinhas o rolo compressor que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 115/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Congonhinhas, o Rolo Compressor Tipo Tanden 2 rd., Marca Muller, Modelo RT-2, Ano 1962, Chassis 6114-195-B, com todos os seus pertences, que atualmente presta serviços àquele município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) GABRIEL MANOEL

**JUSTIFICATIVA:**

Tendo-se em vista o alto custo de equipamentos rodoviários e a dificuldade financeira por que passam os municípios, nada mais justo do que proceder-se essa doação.

O rolo compressor que ora se pretende seja doado ao Município de Congonhinhas, vem prestando inestimáveis serviços no asfaltamento de ruas e estradas municipais, e, se faz necessária a sua permanência por motivos imperiosos tais como, reparos e manutenção na parte já concluída e novas pavimentações a serem feitas, conforme programa da Prefeitura para futuras obras.

A máquina acima qualificada, faz parte da Divisão de Equipamentos do Setor Patrimonial do D.E.R.-22.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do projeto de lei proposto.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer ao Projeto de Lei n.º 115/79

I — Com o presente plano de lei, pretende o ilustre Deputado Gabriel Manoel, doar ao Município de Congonhinhas, o rolo compressor, com características especificadas.

II — Trata-se de mera autorização legislativa, não ferindo portanto, nenhum dispositivo constitucional ou legal.

III — Diante do exposto, nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
WALDYR PUGLIESI — Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194/79, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que dispõe sobre transferência de área territorial de um para outro município, dependendo de lei especial, após a comprovação dos requisitos e observância das formalidades estabelecidas nesta lei. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 194/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — A transferência de área territorial de um para outro município depende de lei especial, após a comprovação dos requisitos e a observância das formalidades estabelecidas nesta Lei.

Art. 2.º — O processo de transferência, referido no artigo anterior, terá início com representação dirigida à Assembléia Legislativa, onde se comprove o benefício sócio-econômico, acompanhada de mapa descritivo das divisas, segundo linhas geodésicas entre pontos identificados ou seguindo acidentes naturais, subscrita por oitenta (80) eleitores, no mínimo, residentes ou domiciliados na respectiva área, com as firmas reconhecidas e atestado de residência ou domicílio, expedido por autoridade policial da localidade.

Parágrafo único — A Assembléia Legislativa poderá colher subsídios comprobatórios de que o município remanescente não perde os requisitos mínimos, exigidos pela legislação federal, para a criação de Município.

Art. 3.º — A Assembléia Legislativa ouvirá as Câmaras e Prefeitos dos municípios que sofrerem diminuição de seus territórios, os quais terão prazo máximo de trinta (30) dias para se pronunciar, findo o qual o silêncio importará em consentimento.

Art. 4.º — Instruído o processo, a Assembléia Legislativa deliberará sobre a realização do plebiscito de consulta às populações interessadas.

§ 1.º — Considera-se favorável o plebiscito, se a maioria dos votantes opinar pela transferência, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos cinquenta por cento (50%) dos inscritos.

§ 2.º — Sempre que o resultado do plebiscito for desfavorável à transferência territorial, a proposta será arquivada, não podendo ser renovada na mesma legislatura da Assembléia Legislativa.

Art. 5.º — A transferência territorial de que trata esta lei, só poderá ser feita no período compreendido entre dezoito e seis meses anteriores à data da eleição municipal, na forma da legislação federal.

Art. 6.º — Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1979.

a) BASÍLIO ZANUSSO

**JUSTIFICATIVA:**

A atual divisão administrativa do Estado está a reclamar urgente revisão. Os conflitos e imprecisões existentes nas divisas, somados à falta de critérios geo-econômicos e histórico-sociais na delimitação de inúmeros municípios, demonstram enfaticamente essa necessidade.

É natural que assim seja. O processo de acomodação das comunidades, que se desencadeia após a sua autonomia, enseja o confronto entre o projeto ideal e a realidade concreta.

Daí as constantes reivindicações de Prefeitos, Câmaras e segmentos importantes da população de incontáveis municípios, no sentido de ceder área de seu território que se tornou praticamente desvinculada do conjunto, ou de absorver porção geográfica pertencente a outro município, mas em verdade integrada à sua vida social, econômica e até política.

A nossa legislação, nesta matéria, peca pela omissão.

Não há, hoje, como se proceder, a fim de regularizar situações às vezes dramáticas.

Efetivamente, a Lei Orgânica anterior, ainda que de passagem, consagrava uma sistemática permissiva de transferência de área entre municípios.

Porém, com o advento da atual Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973 — que não disciplinou a espécie e que revogou expressamente a Lei Orgânica antiga — configurou-se



"vacatio legis".

De modo que desde a edição do Ato Complementar n.º 46, de 07 de fevereiro de 1968, o nosso Estado acumulou problemas de fronteiras municipais, sem poder solucioná-los adequadamente.

O presente projeto visa abrir a possibilidade legal e procedimental de os conflitos e distorções lindeiros encontrarem solução mansa e pacífica. Mais ainda, resultante de participação ativa dos interessados diretos, ou seja, dos moradores da área, das autoridades vinculadas e, sobretudo, da deliberação de cúpula deste Poder Legislativo, em última instância, como convém a um regime verdadeiramente democrático.

O processo pretende ser o mais simples, tanto quanto permitem os padrões assecuratórios da autenticidade e da legitimidade das iniciativas.

Por isso, começa com a representação dos interessados, envolve as autoridades municipais, passa pelo crivo plebiscitário — exigência inarredável, segundo o entendimento unânime e pacífico da Suprema Corte de Justiça — e se consuma no soberano pronunciamento desta Casa.

Com os comandos articulados, esperamos contribuir para dotar o nosso direito positivo de mais um diploma legal capacitado e traduzir, em fatos concretos, as justas aspirações do título da soberania, que é o nosso laborioso povo.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 194/79

Visa o presente projeto de lei, e em boa hora, disciplinar transferências de áreas territoriais de um para outro município capazes de dirimir situações, de fato, existentes em várias comunas paranaenses.

Os requisitos exigidos para a obtenção das transferências territoriais, encontram amparo, não só na Lei Complementar n.º 01, de 1967, como também na Lei Orgânica dos Municípios e entendimentos jurisprudenciais dominantes.

Por demais oportuna a inserção, no corpo do projeto, do seu artigo 3.º, que, por extensão normatizará, além do aqui previsto, também os atos que intencionem a criação de municípios, visto que tais iniciativas implicam, sempre, em cessão territorial.

Estando assim em perfeita consonância com a legislação vigente e não encontrando qualquer obstáculo legal ou Constitucional que impeça seu trâmite, somos pela sua aprovação, consignando nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
GILBERTO CARVALHO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31/80, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "Caritas Paroquial de Clevelândia", com sede e foro na cidade de Clevelândia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 31/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Caritas Paroquial de Clevelândia".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1980.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A "CARITAS PAROQUIAL DE CLEVELÂNDIA", com sede e foro na cidade de Clevelândia, Paraná, é uma Associação Assistencial, filantrópica, civil e de utilidade pública, com personalidade própria.

Pelos inclusos estatutos da Caritas Paroquial e demais documentos, se observam os relevantes serviços sociais que são prestado à coletividade mais necessitada.

Do exposto, considerando que a mesma preenche os requisitos necessários e indispensáveis à sua declaração de utilidade pública, é que ofereço o presente projeto de lei à consideração de meus Pares.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 31/80

1 — De autoria do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "CARITAS PAROQUIAL DE CLEVELÂNDIA", com sede e foro no Município de Clevelândia.

2 — Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

3 — Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral, que apresentamos anexo, que melhor atende a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
WALDYR PUGLIESI — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 31/80

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "CARITAS PAROQUIAL DE CLEVELÂNDIA", com sede e foro no Município de Clevelândia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
WALDYR PUGLIESI — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o Centro Espírita "Caminho, Verdade e Vida", com sede e foro na cidade de Araucária. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 42/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA "CAMINHO, VERDADE E VIDA", com sede e foro na cidade de Araucária.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1980.

a) AIRTON CORDEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação pertinentes à matéria, e tem por objetivo o estudo de todos os fenômenos relativos às manifestações espíritas, e suas implicações científicas, filosóficas e religiosas, utilizando-se das Obras Codificadas de Alan Kardeck e ensino da Doutrina Espírita às crianças, adolescentes e adultos, e assistência espiritual e social.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos Senhores Deputados, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 42/80

De autoria do nobre Deputado AIRTON CORDEIRO, o

presente Projeto de Lei n.º 42/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA "CAMINHO, VERDADE E VIDA", com sede e foro na cidade de Araucária.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
ADALBERTO DAROS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública o "Serviço de Assistência da Igreja Pentecostal Filadélfia", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 46/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA DA IGREJA PENTECOSTAL FILADÉLFIA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1980.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

É sua finalidade evangelização pela propagação do Evangelho de Cristo, bem como dar assistência social, com criação de departamentos de ensino, médico, dentário, trabalhos manuais, orfanatos e outros, visando sempre o bem-estar social, moral e religioso daqueles que necessitam.

Desta forma, apresentamos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o devido

apoio e posterior aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 46/80

O Projeto de Lei n.º 46/80 é constitucional, está bem estruturado e atende plenamente as exigências da Lei n.º 6994, de 10/01/78, que estabelece normas para Declaração de Utilidade Pública. Nosso parecer, portanto, é FAVORÁVEL.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
RENATO BUENO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Lázaro Dumont). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro dos Transportes e Governador do Estado, encarecendo a construção de um ramal ferroviário ligando Foz do Iguaçu com a Ferrovia da Soja em Cascavel. — **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lázaro Dumont). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Senhor Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Lázaro Dumont). — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

15 Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quórum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 14 e 15/80.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 36 e 37/80, e de Lei n.ºs 67, 115 e 194/79 e 31, 42 e 46/80.

Levanta-se a sessão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Departamento Legislativo

Coordenadoria de Imprensa Legislativa